



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

**DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: MEMÓRIAS SOBRE O ENSINO
PRÁTICO EM LATICÍNIOS**

Ana Elizabeth S.Alves
(UESB)

Gilneide de Oliveira Padre Lima
(CEFET)

Manoel Nunes Cavalcanti Júnior
(CEFET)

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de um estudo que vem sendo desenvolvido pelo grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Educação do Museu Pedagógico da UESB. O objetivo desse estudo é conhecer a história da qualificação profissional dos produtores e trabalhadores do ramo de laticínios da Região Sudoeste-BA, iniciada pelo “Posto Experimental de Laticínios” em 1934, hoje extinto, bem como as suas articulações/influências na transferência de conhecimentos técnicos para a construção da indústria de laticínios local até os dias de hoje. Neste texto, apresentamos os resultados da pesquisa sobre o Posto Experimental de Laticínios e o Ensino Prático de Laticínios ministrado na cidade de Vitória da Conquista-BA, à luz do contexto histórico da época. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa está sendo desenvolvida por meio de fontes históricas documentais como: fotografias, revistas, jornais, boletins e documentos de origem oral.

INTRODUÇÃO

O grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Educação do Museu Pedagógico da UESB vem desenvolvendo uma pesquisa sobre “O Trabalho e a História da Qualificação Profissional na Indústria de Laticínios na Região Sudoeste da Bahia”, relacionando os seus aspectos locais às questões fundamentais da educação brasileira. O objetivo desse estudo é conhecer a história da qualificação profissional dos produtores e trabalhadores do ramo de laticínios da Região



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Sudoeste-BA, iniciada pelo “Posto Experimental de Laticínios” em 1934, hoje extinto, bem como as suas articulações/influências na transferência de conhecimentos técnicos para a construção da indústria de laticínios local até os dias de hoje. Neste texto, apresentamos os resultados da pesquisa sobre o Posto Experimental de Laticínios e o Ensino Prático de Laticínios ministrado na cidade de Vitória da Conquista - BA, à luz do contexto histórico da época.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa está sendo desenvolvida por meio de fontes históricas documentais como: fotografias, revistas, jornais, boletins e documentos de origem oral.

No Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista pesquisamos exemplares do jornal

O Combate, do período de 1934 a 1937; 1943 a 1950 e 1957 a 1959. Localizamos, na Biblioteca Central do Estado da Bahia, em Salvador, alguns exemplares da Revista Bahia Rural, outra fonte escrita significativa para desenvolver estudos sobre a história da indústria de laticínios. A Revista Bahia Rural é uma publicação mensal da sociedade civil Editora Bahia Rural, do período de 1933 a 1958. Em alguns exemplares desta revista catalogamos informações a respeito da criação e funcionamento do Posto Experimental de Laticínios em Vitória da Conquista e sobre a situação das indústrias de laticínios na cidade àquela época. Na Pesquisa desenvolvida no Arquivo Público Pedro Calmon, sessão republicana, em Salvador, rastreamos documentos das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, das décadas de 30, 40 e 50. Colhemos informações e fotografias de três ex-alunos da Escola Prática de Laticínios sobre o Posto e a Escola, entrevistamos várias pessoas (ex-prefeito, moradores antigos da cidade, viúva do laticinista Ivo Freire de Aguiar, Técnicos do EBDA, ADABE e Ministério da Agricultura, proprietários de Indústria de Laticínios) que poderiam ter algum conhecimento a respeito do ramo de laticínios, a partir da década de 30.

Para compreendermos as razões políticas e econômicas que levaram o Estado a implantar o Posto Experimental de Laticínios em Vitória da Conquista e a incentivar o desenvolvimento da indústria local, registramos, de forma resumida, algumas análises pontuais sobre a Bahia e a região de Vitória da Conquista nas décadas de 30 e 40. Em seguida, reconstruímos a história do Posto Experimental e da Escola Prática de Laticínios. Nas Palavras Finais, elaboramos algumas considerações em relação à formação profissional no Brasil, naquele período.

Durante o período conhecido por República Velha (1889-1930), a Bahia se caracterizou pelo provincianismo e estagnação econômica. Desde a crise da economia açucareira, ainda na segunda metade do séc. XIX, o estado não conseguiu se recompor economicamente, diminuindo ano após ano a sua participação nas exportações brasileiras. Vai-se esvaindo a pujança econômica e a sua importância política no país, sobrevivendo apenas do orgulho aristocrático dos seus políticos.²⁴⁶

Entra na era republicana tendo como carros-chefes de sua economia as culturas do cacau, do fumo e do açúcar, sendo que este último continua na crise de oscilação que o acompanhava desde o Império.²⁴⁷

Politicamente, o estado era dominado por facções de oligarquias, destacando-se os grupos *severinistas*, ligados ao líder político Severino Vieira, *vianistas*, liderados por Luís Viana, além do grupo liderado por J. J. Seabra, que governou o estado por duas vezes (1912-16 e 1920-24).

Destaca-se, neste quadro, a liderança de Seabra, que acabará por formar uma das principais forças de oposição ao novo regime implantado por Getúlio Vargas após 1930²⁴⁸.

²⁴⁶ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *A Formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia – 1930 a 1964*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 1982. p. 40-43.

²⁴⁷ Idem, p. 43; TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: Correio da Bahia, 2000. p. 256.

²⁴⁸ TAVARES, op. cit. p. 235-268.

Nas palavras de Alfredo Guimarães, três classes pactuavam se exprimindo no governo estadual: a burguesia mercantil, agente das grandes casas importadoras estrangeiras e dos banqueiros europeus e norte-americanos; a burguesia cacauzeira; e a oligarquia fundiária dos sertões. Essa organização e divisão do poder na Bahia, conjuntamente com características sociais e econômicas do estado, tais como a ausência de outra cultura agrícola de expressão internacional, faziam com que o alcance da ação do poder estadual se restringisse a uma faixa do território que ia de Salvador ao litoral sul, área de produção cacauzeira. Nos sertões, o poder de fato era exercido por chefes oligarcas que hora apoiavam, hora se opunham ao governo, detentores de meios suficientes para governar seus domínios de modo independente²⁴⁹.

A Revolução de 1930 significou a quebra deste pacto. Politicamente, o estado revolucionário procurará desarmar os coronéis e extirpar o banditismo, com vistas à unidade nacional.

Economicamente, seu objetivo seria “consolidar o desenvolvimento do modo de produção capitalista (por meio do) privilegiamento do lucro industrial e agrícola sobre o lucro comercial e financeiro, e (...) no incentivo à produção e na proteção ao mercado interno”²⁵⁰.

Diante do novo quadro que se desenha com a vitória da Revolução encabeçada por Vargas, os grupos políticos dominantes tentam se alinhar ao novo governo. Conseguem pôr na Interventoria Federal da Bahia Leopoldo Amaral, professor da Escola Politécnica. Ficou apenas três meses no cargo, sendo substituído por um baiano radicado em São Paulo e desligado das questões políticas locais, Artur Neiva. Preterido para o cargo de Interventor, J. J. Seabra leva todo o seu grupo político para a oposição ao novo regime. Artur Neiva também passa poucos meses à frente da Interventoria e é substituído pelo General

²⁴⁹ GUIMARÃES, op. cit. p. 56-57.

²⁵⁰ Idem, p. 58.

Raimundo Barbosa. Finalmente, em fins de agosto de 1931, Getúlio Vargas nomeia o Tenente Juracy Magalhães, assumindo o cargo em 19 de setembro do mesmo ano²⁵¹.

Cearense de Fortaleza, Juracy Magalhães sofrerá inicialmente com a oposição promovida pelos antigos grupos políticos, articulados agora no grupo que ficou conhecido como *autonomistas*, que dominavam o governo estadual durante a primeira fase republicana. O fato de não ser baiano será usado por estes grupos como espécie de ultraje imposto por Vargas ao povo da Bahia. Mas o que mais incomodava mesmo as antigas elites políticas, era o fato de que o novo Interventor Federal estava pondo em prática o plano de acabar com o antigo pacto existente para o controle político do estado, pondo no seu lugar um outro que se ajustasse às novas correlações de forças no âmbito nacional. Foi com vistas à concretização destes planos que ele procurou e conseguiu atrair para si o apoio de muitos coronéis do sertão baiano. Assim, vencendo as barreiras impostas pela oposição autonomista, Juracy converge as forças políticas que o apóiam no estado e funda, no início de 1933, o Partido Social Democrático (PSD)²⁵².

Economicamente, é preciso destacar os objetivos que o seu governo perseguiu. Sua ênfase será a de "...fortalecer as bases técnicas e financeiras da agricultura, criando, com essa finalidade, o Instituto da Pecuária, o Instituto do Fumo, o Instituto do Fomento Econômico da Bahia e pondo em funcionamento o Instituto do Cacau..."²⁵³ É neste quadro, e fruto dessas diretrizes, que encontraremos o plano do governo estadual de revigorar a indústria de laticínios do sudoeste da Bahia e a implantação do Posto Experimental de Laticínios na cidade de Conquista.

²⁵¹ TAVARES, op. cit. p. 265-266; GUIMARÃES, op. cit. p. 58-59.

²⁵² TAVARES, op. cit. p. 267-270; GUIMARÃES, op. cit. p. 59; GUEIROS, José Alberto. *O Último Tenente*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, p. 130-134.

²⁵³ GUIMARÃES, op. cit. p. 59



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

A interventoria de Juracy Magalhães durará até as eleições de 1934. Eleita a nova Assembléia Legislativa do estado e com a vitória do PSD, Juracy será eleito indiretamente o novo governador da Bahia. Seu mandato se inicia em 25 de abril de 1935. As mudanças no cenário político nacional acabam por levá-lo a retirar, pouco a pouco, o apoio a Vargas. O governador baiano era contrário ao plano do presidente de instalar uma ditadura nos moldes fascistas. O resultado disto foi que, após o golpe que inaugurou o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas depõe Juracy e nomeia como Interventor no estado o comandante da 6ª Região Militar, Coronel Antônio Fernandes Dantas²⁵⁴.

O período do Estado Novo na Bahia terá à frente do governo estadual três interventores. O primeiro deles foi Antônio Fernandes Dantas, nomeado logo após a deposição de Juracy Magalhães. O segundo interventor foi o engenheiro agrônomo e zootécnico Landulfo Alves de Almeida, que ficaria à frente do governo estadual até 1942. Por fim, no dia 24 de novembro daquele ano, assume o terceiro e último interventor do Estado Novo, General Renato Onofre Pinto Aleixo. Governou até o dia 29 de outubro de 1945, data da deposição de Vargas do poder e do fim do Estado Novo, sendo substituído pelo desembargador João Vicente Bulcão Viana²⁵⁵.

Podemos ter uma idéia de como era a região de Conquista na primeira metade da década de 1930, a partir dos dados fornecidos pelo Relatório da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia de 1933. O município de Conquista, denominação da cidade na época, possuía uma extensão de 26.249 km². Era assim o segundo maior município da Bahia, perdendo apenas para Carinhanha, com 26.806 km².²⁵⁶ Tinha nove distritos: Conquista (a cidade propriamente dita), Barra

²⁵⁴ TAVARES, op. cit. p. 272-284; GUEIROS, op. cit. p. 161-162, 172-178.

²⁵⁵ TAVARES, op. cit. p. 284-298.

²⁵⁶ Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca, Relatório da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1933, Imprensa Oficial do Estado, 1936. p. 5-6.

do Furado, Coquinhos, Belo Campo, São João da Vila Nova, José Gonçalves, Barra do Choça, Nova Laje do Gavião e Itatinga²⁵⁷.

Em 1937 ganhou dois novos distritos: Monte Verde e São Paulo. No ano seguinte, perdeu Nova Laje para Poções e Itatinga para Itambé. Em 1943 passa a ser denominada de Vitória da Conquista, tendo sua área total reduzida para 9.199 km². Em anos seguintes, o desmembramento de vários dos seus distritos dará origem a diversas novas cidades, tais como Anagé (São João da Vila Nova / Joanópolis), Caatiba (São Paulo), Iguai (Angicos) e Inhobim (Monte Verde)²⁵⁸.

Em 1933 o município pertencia à 41^a Zona Eleitoral, juntamente com os municípios de Encruzilhada e Itambé. Tinha um total de 2.333 eleitores, significando 2,6% de um total de 90.383 eleitores baianos²⁵⁹. Destes, votaram para a formação da Assembléia Nacional Constituinte naquele ano, 1.847 eleitores.²⁶⁰

Possuía uma delegacia que atendia aos seus distritos e os de outras cidades próximas²⁶¹.

Na área da educação, contava com o ensino pré-primário e primário público estadual, que compreendiam o ensino infantil, fundamental, comum fundamental, supletivo e complementar.

Tinha duas escolas masculinas, quatro femininas e duas mistas. Um total de oito professores lecionavam nessas instituições. Dos 384 alunos matriculados em 1933, 133 eram homens e 251 eram mulheres. Destes, respectivamente, 77 e 111 obtiveram freqüência regular.

²⁵⁷ Idem, p. 48.

²⁵⁸ *Revista Brasileira dos Municípios*. v. 19. n^o 75/76. Rio de Janeiro: IBGE, julho/dezembro de 1966. p. 415. *Recenseamento Geral do Brasil (1^o de setembro de 1940). Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e de Serviços*. Série Regional. Parte XII-Bahia. Tomo 2. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. p. 1.

²⁵⁹ Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca, Relatório da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1933, Imprensa Oficial do Estado, 1936. pp. 60-64.

²⁶⁰ Biblioteca Pública do Estado da Bahia, *Jornal A Tarde*, 13/05/1933.

²⁶¹ Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca, Relatório da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1933, Imprensa Oficial do Estado, 1936. p. 105.

Mesmo faltando dados de duas escolas de Conquista, segundo o Relatório, concluíram o curso primário, naquele ano, apenas seis homens e quatro mulheres²⁶².

O município possuía um hospital, o São Vicente de Paulo, com 12 leitos. Os estabelecimentos rurais somavam-se 1.767, com valor venal de 14.229:034\$000 réis (14mil, 229 contos e 34 mil réis). Foram abatidos naquele ano 2.003 bois, sendo que o quilo da carne custava 1\$000 réis (mil réis). Existiam 144 comerciantes no município, somando todos um giro comercial de 3.281:400\$000 réis (3 mil, 281 contos e 400 mil réis)²⁶³.

O salário de um pedreiro, de um carpina e de um ferreiro era de 5\$000 réis; o de lenhador, carreiro e vaqueiro, 2\$000 réis; e o de um trabalhador de enxada, 1\$500 réis.²⁶⁴

Havia na cidade uma empresa fornecedora de energia elétrica, a Empresa Industrial Conquistense, localizada na Praça 15 de novembro. Fora instalada em 1920, sendo à base de energia térmica e com potência de 20 HP. A cidade não possuía iluminação pública, nem serviço de esgoto.²⁶⁵

Ainda segundo estas estimativas, na cidade existiam vinte automóveis para passageiros, três caminhões para carga, uma motocicleta e cinco bicicletas. O transporte ainda era servido de duas carroças de duas rodas para transporte de carga e trinta carros de boi. Na havia nem ônibus e nem ambulância.²⁶⁶

A população vinha crescendo desde o início do séc. XX. Entre 1907 e 1912 passou de 23.030 para 24.810 habitantes.²⁶⁷ Em 1936, vinte e quatro anos depois, a população já chegava a 75.871 habitantes. Saliente-se que neste período, apenas

²⁶² Idem, pp. 122-128.

²⁶³ Idem, pp. 169 e 181.

²⁶⁴ Idem, p. 199.

²⁶⁵ Idem, p. 206.

²⁶⁶ Idem, pp. 418 e 423.

²⁶⁷ Anuário Estatístico do Brasil. 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Salvador, Feira de Santana e Conquista possuíam uma população entre 75 e 100 mil habitantes²⁶⁸.

Mesmo perdendo território em 1938 e chegando a 1940, com apenas 34% da área que possuía em 1933, o município alcança, em 31 de dezembro de 1939, uma população de 79.220 habitantes²⁶⁹.

Em 1950, a população de Vitória da Conquista alcança os 96.664 habitantes. Destes, 41.482 eram brancos, 10.693 negros e 44.394 pardos. Era uma cidade onde a zona rural concentrava 76% dos habitantes do município, sendo que o índice de alfabetização alcançava meros 19% da população²⁷⁰.

Finalmente, em 1957, a população conquistense batia nos 115.000 habitantes, ocupando o terceiro lugar no estado²⁷¹.

Percebe-se, assim, que em um intervalo de cinquenta anos a população da cidade de Vitória da Conquista praticamente quintuplicou, no mesmo instante em que a sua área foi reduzida em mais de 60%.

Economicamente, a cidade, desde o início da colonização da região na segunda metade do séc. XIX, girava em torno da agricultura e, principalmente, da pecuária. Os dados do Censo Econômico de 1940 confirmam esta tendência histórica. Em 1939, o município possuía 1.051 estabelecimentos onde se explorava a agricultura; 2.342 propriedades exploravam a agropecuária; e apenas 254 exploravam exclusivamente a pecuária. Mas analisando-se as áreas compreendidas por estas propriedades, percebemos que a área agrícola ficava com um total de 51.363 hectares e a pecuária com 109.039 hectares. A produção também era maior na pecuária: Cr\$ 1.091.000 contra Cr\$ 690.000 da agricultura²⁷².

²⁶⁸ Anuário Estatístico do Brasil. 1937. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, 1937.

²⁶⁹ Anuário Estatístico do Brasil. 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941.

²⁷⁰ Revista Brasileira dos Municípios. v. 19. nº 75/76. Rio de Janeiro: IBGE, julho/dezembro de 1966. p. 416 e 418.

²⁷¹ Idem, p. 416.

²⁷² *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e de Serviços. Série Regional. Parte XII-Bahia. Tomo 2.* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. pp. 53, 56 e 169.

O rebanho do município, ainda em 1939, era formado por 59.739 cabeças de gado, sendo que deste total 27.178 eram vacas. No decorrer da década de 1940 ele duplicou, pois em 1950 o rebanho chegou a 125 mil cabeças²⁷³.

A produção de derivados na pecuária atingiu 26.653 litros de leite, em 1939. Existiam, no município, 49 estabelecimentos que produziram 52.403 Kg de creme e 86 que produziram 1.645 Kg de manteiga. O queijo alcançou a produção de 13.536 Kg com cinco estabelecimentos e 168 deles conseguiram produzir 30.139 Kg de requeijão.²⁷⁴ Certamente todo esse trabalho teve forte influência das ações do Posto Experimental de Laticínio que funcionava na cidade, como veremos mais adiante.

No início da interventoria de Juracy Magalhães (1932-34), uma das preocupações do governo estadual foi o fomento da indústria de laticínios na Bahia. O então secretário de agricultura, Álvaro Navarro Ramos, instituiu uma cadeira de “Laticínios e Indústrias Animais” durante a reforma da Escola Agrícola da Bahia, em 1932, ficando o Professor Pedro Baptista Peres responsável pela sua regência. Com vistas à preparação do curso, o Prof. Pedro Batista, após determinação da Secretaria de Agricultura, percorreu o interior do Estado visitando todas as fábricas de laticínios e as regiões consideradas adequadas para este ramo industrial²⁷⁵.

Ao fim desta excursão, a Secretaria enviou o Prof. Pedro Batista e o Engenheiro Agrônomo Francisco Velloso Pondé aos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a fim “observarem o desenvolvimento da indústria e fazerem estudos de aplicação ao seu fomento na Bahia”.²⁷⁶ A determinação da

²⁷³ Idem, p. 110; *Revista Brasileira dos Municípios*. v. 19. nº 75/76. Rio de Janeiro: IBGE, julho/dezembro de 1966. p. 417.

²⁷⁴ *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e de Serviços*. Série Regional. Parte XII-Bahia. Tomo 2. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. p. 122.

²⁷⁵ FREITAS, Honorato de. *Bosquejo Histórico da Indústria de Laticínios na Bahia e Influência da fazenda Modelo de Catú e da Secretaria da Agricultura no seu desenvolvimento*. in *Revista Bahia Rural*. Ano III, maio e junho, nº 33 e 34, 1936. p. 1155.

²⁷⁶ Idem, ibidem.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Secretaria ocorreu em novembro de 1932, e, no ano seguinte, Francisco Velloso Pondé apresentava ao Secretário de Agricultura um relatório pormenorizado da viagem e de tudo o que viu naqueles estados²⁷⁷.

Na visão de Francisco Pondé a Bahia vivia uma triste contradição: possuía grandes possibilidades para a produção dos derivados do leite, mas comprava anualmente aos Estados do sudeste, principalmente a Minas Gerais, cerca de 4.000:000\$000 (quatro mil contos de réis) destes produtos. Segundo ele, o Estado tinha plenas condições de produzir para o seu próprio consumo e ainda exportar o excedente para os demais Estados nordestinos. É a partir desta lógica que ele inclui no seu relatório de viagem um capítulo dedicado a sugestões para o desenvolvimento da indústria de laticínios baiana.²⁷⁸

Francisco Pondé parte da premissa de que o principal fator desencadeante do desenvolvimento desta indústria seria a instrução técnica daqueles diretamente envolvidos na produção, ou seja, os industriais e os fazendeiros-criadores de bovinos leiteiros. Isso levaria à necessidade da Secretaria de Agricultura de formar um corpo de agrônomos cuja missão seria de disseminar nos centros produtores o ensino de laticínios e noções de bovinotecnia.

O ensino deveria ser ministrado em “conferências locais”, relacionado a assuntos práticos que visassem o melhoramento da produção leiteira quanto a sua uniformidade, aspecto, dentre outros. A Secretaria ofereceria cursos de pequena duração sobre a indústria leiteira, destinados aos empregados nas fábricas responsáveis pela manipulação dos produtos, como também a outros interessados. “Nesses cursos serão dadas sumárias instruções sobre análises e higiene do leite, fases do fabrico da manteiga, acondicionamento do produto etc.”.²⁷⁹ Cartazes de propaganda seriam elaborados visando disseminar noções de higiene para as

²⁷⁷ Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão Republicana, Secretaria de Agricultura, caixa 2390, maço 190, documento 777.

²⁷⁸ Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão Republicana, Secretaria de Agricultura, caixa 2390, maço 190, documento 777. Capítulo 9.

diferentes etapas do processo de produção, desde a limpeza do vasilhame que acondiciona o leite, passando pela ordenha e transporte do leite e creme dos centros produtores para as usinas, até o asseio das fábricas. Esses cartazes deveriam ser distribuídos nas sedes das fábricas, nas fazendas produtoras de leite, nas estações de linhas férreas onde houvesse criação de gado leiteiro e nas sedes dos municípios criadores.

O ensino continuaria sendo apresentado através de instruções dadas “in loco” aos fazendeiros-criadores que fornecessem leite ou creme às fábricas. Tais instruções versariam sobre “...técnica da ordenha, vantagens da higiene durante essa operação, filtração do leite e ligeira análise de sedimentação para demonstrar aos mesmos a grande quantidade de impurezas ao leite ordenhado sem higiene”²⁸⁰.

Assuntos como melhoramento do gado com introdução de reprodutores de raças leiteiras ou mistas, melhoramento das pastagens com o cultivo de gramíneas forrageiras, construção de banheiros parasiticidas e campanha em favor da ensilagem, deveriam ser difundidos por meio de propaganda. Esta atingiria os fazendeiros-criadores localizados em municípios onde a indústria de laticínios pudesse se desenvolver.

Sugere também o fomento, entre industriais e fazendeiros, para fundação de “sociedades de leitárias cooperativas”, cujo objetivo seria a organização da classe produtora e a união entre os criadores e os industriais de laticínios. Propõe a utilização de livros em usinas e fábricas onde seriam registradas informações sobre aparelhagem, quantidade de leite, produção, dados meteorológicos e o estado da pecuária na região onde elas se localizam. Exposições anuais ou bianuais de pecuária e de indústrias animais deveriam também ser realizadas. E, por fim, uma campanha por meio da imprensa nos centros urbanos para incentivar o consumo do leite e seus derivados como sendo “alimentos completos”.

²⁷⁹ Idem, ibdem.

²⁸⁰ Idem, ibdem.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Toda essa propaganda sobre a indústria de laticínios deveria ser efetuada, conforme Francisco Pondé, principalmente em três zonas do Estado. A primeira delas, a Sudoeste, nos municípios entre os rios de Contas e Pardo (Conquista, Encruzilhada, Jequié etc.). A segunda, o Litoral, nos municípios banhados pelos rios Pojuca, Catu e Inhambupe (Mata de São João, Catu, Pojuca, Alagoinhas, Entre Rios etc.). Por fim, no Sertão Médio, nos municípios situados entre os rios Jacuípe e Paraguassu (Mundo Novo, Itaberaba, Rui Barbosa, Baixa Grande, Capivari etc.).

As propostas apresentadas por Francisco Pondé surtiram efeito, pois no ano de 1934 o governo baiano resolveu agir no sentido de qualificar a mão-de-obra da indústria de laticínio. Na região sudoeste da Bahia, no então município de Conquista, uma das principais e mais tradicionais zonas da pecuária baiana, foi aberto um Posto Experimental de Laticínios com um curso prático nesta área.

Dando continuidade ao plano de fomento à indústria de laticínios na Bahia, a Secretaria de Agricultura incumbiu o engenheiro Francisco Pondé de chefiar e organizar o Posto de Laticínios em Conquista. O Posto foi inaugurado em 1934²⁸¹.

Questões políticas²⁸² e técnicas podem ser apontadas como basilares para a escolha de Conquista como um pólo da política de incentivo do Estado à produção de laticínios.

Em 1936, o Sr. Otto Frensel, diretor técnico da Sociedade Nacional de Agricultura e secretário da Associação dos Exportadores de Leite para o Distrito Federal, destacava as “excelentes condições” para a produção de manteiga na zona

²⁸¹ FREITAS, Honorato de. *Bosquejo Histórico da Indústria de Laticínios na Bahia e Influência da Fazenda Modelo de Catú e da Secretaria da Agricultura no seu desenvolvimento.* in Revista Bahia Rural. Ano III, maio e junho, nº 33 e 34, 1936. p. 1155.

²⁸² Uma das estratégias políticas do então interventor federal, Juracy Magalhães, foi a de conquistar o apoio dos chefes políticos locais do interior baiano. Em Conquista, um dos principais líderes políticos era o Coronel Deraldo Mendes. Este era chefe local do PSD, partido criado por Juracy para enfrentar as eleições para Governador em 1934. A criação do Posto em Conquista não deixava de ser um trunfo do interventor e instrumento de propaganda para angariar apoio a sua candidatura ao governo estadual. Ver o Jornal “O Combate”, edições de 1934 e GUEIROS, José Alberto. *O último Tenente*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 130-134.

de Conquista²⁸³. A produção de queijo também tinha ali condições bastante favoráveis, tanto no que diz respeito à temperatura quanto à umidade, pois eram fatores fundamentais para a cura e fermentação do leite²⁸⁴.

Tradicional zona de pecuária, a região de Conquista desde o seu desbravamento na segunda metade do séc. XVIII trilhou o caminho da criação de gado.²⁸⁵ A cidade foi a pioneira baiana na produção de manteiga em moldes industriais. Há dois relatos a respeito deste fato. Segundo o Prof. Pedro B. Peres, a primeira fábrica de manteiga foi fundada em 1920 pelo Coronel Deraldo Mendes e Cia., tendo seu produto a denominação de “Elza”²⁸⁶. Já o agrônomo Honorato de Freitas afirmava que a manteiga Elza disputava o pioneirismo com a manteiga “Oriental”, produzida pelo Sr. Virgílio Mendes Ferraz, que teve curta duração.²⁸⁷ Segundo os relatos, dá-se a entender que a manteiga Elza foi produzida em parceria pelos Srs. Deraldo Mendes (Coronel) e Américo da Silva Almeida. Em 1936 ela ainda estava firme no mercado e sua fábrica continuava no mesmo local, na Fazenda Casa de Telhas, pertencente à esposa de um de seus fundadores, a Sr.^a Anna Mendes de Almeida.

Em 1930, surgia a Cooperativa de Laticínios de Conquista, fundada por elementos da própria cidade, “com 150 contos de capital, aparelhagem moderna, instalação frigorífica, laboratório etc.”²⁸⁸ A marca produzida pela Cooperativa foi a Condor, tendo enviado para Salvador nos seus primeiros sete meses de funcionamento, 15.140 Kg de manteiga. Enfrentando dificuldades, a Cooperativa

²⁸³ Citado por PERES, Pedro B. *Aspectos Leiteiros Brasileiros*. in Revista Bahia Rural, Ano III, janeiro, nº 29, 1936. p. 853.

²⁸⁴ PERES, Pedro B. *Sobre ração para gado e sobre cura de queijos*. in Revista Bahia Rural, Ano II, fevereiro, nº 18, 1935. p. 257-259.

²⁸⁵ SOUSA, Maria Aparecida S. de. *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2001. p. 104-109.

²⁸⁶ PERES, Pedro B. *A indústria de laticínios na Bahia*. in Revista Bahia Rural, Ano III, janeiro, nº 29, 1936. p. 856.

²⁸⁷ FREITAS, Honorato de. *Bosquejo Histórico da Indústria de Laticínios na Bahia e Influência da Fazenda Modelo de Catú e da Secretaria da Agricultura no seu desenvolvimento*. in Revista Bahia Rural. Ano III, maio e junho, nº 33 e 34, 1936. p. 1153-1154.

foi arrendada, ainda em 1930, para o Sr. Julius Frank e mudada a marca para “Conquista”. Não resolvidos os problemas, a Cooperativa deixou de produzir pouco tempo depois²⁸⁹.

Segundo Honorato de Freitas, ainda no início daquela década, mais exatamente em 1931, a cidade de Conquista via surgir mais uma fábrica, de propriedade da firma Irmãos Rosa e produtora da marca Catita. Sua produção em 1932, foi de mais ou menos 24 mil Kg de manteiga, saltando, em 1935, para 82 mil Kg e, para 1936, a provisão era superar os 100 mil Kg.²⁹⁰

A indústria de laticínios na região se fortaleceu, ainda mais, a partir de 1933. Entre 1932 e 1934 uma forte seca assolou a região central do Estado, onde se localizavam os municípios de Mundo Novo e Morro do Chapéu, sedes também de fábricas de manteiga. Para fugir desse problema, alguns proprietários transferiram-se para a região sudoeste. Conquista recebeu, em 1933, a fábrica Coroa, do médico veterinário J. Cohim Ribeiro, e que mais tarde mudou sua marca para 2 de Julho. A fábrica Garota, pertencente ao Sr. Octavio Meneses, instalou-se em Itambé, também em 1933. No ano de 1935, ela já produzia 140 mil Kg de manteiga. Por fim, o município de Encruzilhada recebeu a fábrica Princezita, de propriedade do Sr. Raul Borba, em 1934. No ano seguinte, sua produção alcançava os 50 mil Kg²⁹¹.

O Posto de Laticínios, portanto, estava sendo instalado numa região favorável ao ramo da indústria leiteira e que, sozinha, produzia quase a totalidade da manteiga fabricada na Bahia, sendo a previsão de sua produção, para 1936,

²⁸⁸ PERES, Pedro B. *A indústria de laticínios na Bahia*. in Revista Bahia Rural, Ano III, janeiro, nº 29, 1936. p. 856.

²⁸⁹ FREITAS, Honorato de. *Bosquejo Histórico da Indústria de Laticínios na Bahia e Influência da Fazenda Modelo de Catú e da Secretaria da Agricultura no seu desenvolvimento*. in Revista Bahia Rural. Ano III, maio e junho, nº 33 e 34, 1936. p. 1154.

²⁹⁰ Idem, ibdem.

²⁹¹ Idem, ibdem.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

superior a 328 mil Kg, quantidade maior que toda a produção baiana no ano de 1933²⁹².

Até o início da década de 1930, a indústria de laticínios na Bahia era caracterizada pela produção incipiente, dispersa e sem nenhuma política pública que a apoiasse. Apesar de possuir um rebanho considerável, o estado não conseguia produzir o suficiente para atender à demanda, ficando assim na dependência da importação de produtos derivados do leite produzidos na região sudeste do país, principalmente a manteiga.

No intuito de modificar esta realidade, o governo de Juracy Magalhães resolveu adotar medidas no sentido de estimular a indústria de derivados de leite na Bahia. Uma das regiões que concentrariam tais esforços seria a de Conquista e seu entorno, tradicional área da pecuária baiana e uma das pioneiras da indústria de manteiga do estado.

As ações do governo, através da Secretaria de Agricultura, giravam em torno de três eixos básicos: educação, racionalização industrial e fomento. Foi criado o serviço de Fomento à Indústria de Laticínios pela Secretaria de Agricultura. Como instrumentos auxiliares na implantação desta política, o governo utilizou os Postos Experimentais de Laticínios (o de Conquista foi instalado em 1934) e o Instituto de Pecuária da Bahia, criado por meio do Decreto 9593, de 15 de julho de 1935. Ao mesmo tempo em que criou o Instituto, o governo fundou, também, a Cooperativa Instituto de Pecuária da Bahia, cujo objetivo maior seria “um aparelhamento de crédito e de orientação técnica, que permitisse aos criadores e industriais, a seleção de seus rebanhos e o seu melhor aproveitamento...”²⁹³.

²⁹² PERES, Pedro B. *A indústria de laticínios na Bahia*. in Revista Bahia Rural, Ano III, janeiro, nº 29, 1936. p. 856.

²⁹³ BALEEIRO, Arquibaldo. *Finalidades da Cooperativa Instituto de Pecuária da Bahia*. in Revista Bahia Rural. Ano III, maio e junho, nº 33 e 34, 1936. p. 1085.

No que diz respeito ao auxílio técnico, a Cooperativa utilizaria as fazendas modelos, as estações de monta e os postos de laticínios para fornecer aos seus associados ensinamentos práticos de zootecnia, veterinária, higiene animal e aproveitamento industrial dos subprodutos. Tal orientação seria sempre racional e científica.²⁹⁴

Essa preocupação em fornecer orientação técnica para o bom desenvolvimento da indústria de laticínios na Bahia, e em especial na região de Conquista, levou o governo estadual a agir em duas frentes. A primeira, por meio de uma Estação de Monta, responsável pelo serviço de melhoramento das raças do rebanho leiteiro e formação de boas pastagens. Esses fatores eram fundamentais para o aumento da produção da matéria-prima²⁹⁵. Esta política de se investir no melhoramento do plantel leiteiro teve continuidade, haja vista que, na passagem da década de 1930 para a de 1940, o governo estadual investiu na compra de gado jersey e holandês, gado este que se destaca na alta produtividade de leite.²⁹⁶ A segunda frente seria a do auxílio técnico à parte industrial, ficando tal tarefa sob a responsabilidade do Posto Experimental de Laticínios.

O discurso construído na época enfatizava duas grandes necessidades para o desenvolvimento da indústria de laticínios na Bahia: investir na organização industrial e no incentivo ao trabalho cooperativo entre produtores de matéria-prima e fabricantes. O Posto Experimental viria a contribuir para esta política no momento em que oferecesse educação rural e sanitária, inspeção e instrução sobre organização industrial e comercial²⁹⁷.

²⁹⁴ Idem, p. 1088. Tal idéia também é enfatizada por RAMOS, Álvaro N. *Função Técnica da Cooperativa Instituto de Pecuária da Bahia*. in Revista Bahia Rural. Ano III, maio e junho, nº 33 e 34, 1936. p. 1093.

²⁹⁵ RAMOS, Álvaro N. *Função Técnica da Cooperativa Instituto de Pecuária da Bahia*. in Revista Bahia Rural. Ano III, maio e junho, nº 33 e 34, 1936. p. 1095.

²⁹⁶ Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca, Relatório do Interventor Renato Onofre Pinto de Aleixo para a Presidência, 1945, exercício de 1943, p. 101 e 102.

²⁹⁷ AGUIAR, Ivo Freire de. *Regulamentação e Fiscalização da Indústria de Laticínios*. in Revista Bahia Rural. Ano III, maio e junho, nº 33 e 34, 1936. p. 1123.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Essas linhas de ações foram seguidas por um dos mais destacados técnicos do Posto, Ivo Freire de Aguiar. Em artigo publicado na revista *Bahia Rural*, no ano de 1936, ele aponta as diretrizes que deveriam nortear a ação do Posto e que resumem bem seu trabalho à frente daquela unidade.²⁹⁸ Segundo ele, o caminho a seguir continuaria sendo o do investimento na educação rural e sanitária, além do fomento à produção, realizados por meio do ensino ambulante através de funcionários especializados. Estes visitavam constantemente as fazendas e ali realizavam demonstrações práticas, com vistas à formação técnica tanto dos seus proprietários, como também dos operários encarregados do serviço com os derivados. Essas demonstrações versariam sobre o controle e classificação da matéria-prima e produtos fabricados.

A educação técnica e sanitária consistiriam, segundo Ivo Freire, da ministração de ensinamentos práticos nas fazendas de criação sobre a organização de pastagens, culturas de gramíneas e melhoramento do rebanho, com vistas ao aumento da produção leiteira. Os produtores e demais operários envolvidos no processo de produção de manteiga e queijo aprenderiam técnicas de ordenha racional e higiene deste processo, controle leiteiro, meios de evitar a contaminação, purificação e desinfecção do leite, além de métodos de desnatagem, depósitos de leite e creme e modo de se operar as máquinas desnatadeiras. Havia uma preocupação com o ensino do controle de todo o processo produtivo, indo desde o estudo da composição do leite, passando pela correta utilização dos utensílios e máquinas, até o correto modo de transporte da produção.

O Posto ficaria responsável também em fornecer projetos e instruir sobre a construção de estábulos para a ordenha higiênica. Todo o processo de qualificação técnica de fazendeiros e interessados seria reforçado por palestras educativas, demonstrações, instruções e propagandas difundidas por meio de folhetos.

²⁹⁸ Idem, p. 1123 a 1127.

Em Conquista, o Posto Experimental de Laticínios deu início às suas atividades em 1934. O local de funcionamento ocupou o prédio onde existia a Cooperativa Laticínia de Conquista, empresa que já há algum tempo encontrava-se com os trabalhos paralisados. A casa ainda existe, localizando-se na Praça Vítor Brito, centro da cidade. Com a intermediação de Arlindo Rodrigues, prefeito interino, os donos da cooperativa cederam alguns cômodos para o Posto²⁹⁹. No final de julho de 1934, o editor do jornal *O Combate* foi convidado a visitar as instalações³⁰⁰. Segundo ele, o estabelecimento ocupava quatro salas, sendo forradas com tábuas e uma delas cimentada. As paredes eram revestidas de escariote até a altura de 1,5 metro, formando as salas quatro seções de serviço.

Na sala da frente estava a *Seção de Manteiga*, com uma desnatadeira, bateadeira, malaxadeira, salgadeira, mesas para confecções de queijos, tudo em bases de escariote. Nesta mesma sala havia um compartimento com vedação de tabiques, onde ficava o *Laboratório*, dispendo de aparelhamento para a análise de leite, creme, manteiga e queijo. Havia uma mesa de azulejo, próxima à parede, onde existia uma pia com água encanada.

Uma segunda sala abrigava a *Seção de Queijos*, sendo composta por um tanque de depósito, um coagulador, prensa, formas e uma mesa de azulejo para a maturação. Em seguida vinha a *Sala de Maturação*, última seção do posto onde os produtos e novos experimentos ficavam em período de cura e observação para o estudo de anormalidades que porventura pudessem surgir.

Ainda segundo o jornalista, a Prefeitura auxiliou na implantação do Posto. A Secretaria de Agricultura do Estado gastou, na instalação, 2:800\$000 (dois contos e oitocentos mil réis). No que diz respeito aos gastos com os aparelhos de química e

²⁹⁹ A casa onde funcionou o Posto era de propriedade de Dona Ana Mendes, irmã do Coronel Deraldo Mendes, chefe político da região e proprietário da Fábrica de Manteiga Elza, tendo como sócio o seu cunhado o Sr Américo da Silva Almeida.

³⁰⁰ Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, Jornal O Combate, 28/07/1934, nº 48, p. 1.

maquinaria, todos comprados no Rio de Janeiro, o valor chegou a 14:000\$000 (catorze contos de réis).

No Posto de Laticínios desenvolviam-se várias atividades direcionadas para um mesmo fim. Uma delas voltava-se para a produção experimental de laticínios, análise em laboratório dos componentes do leite, disseminação de tecnologias e instruções sobre a instalação de usinas de beneficiamento, fábricas de laticínios, entrepostos de leite, cooperativas, postos de desnatação, etc.

Nessa mesma época, iniciou-se o Curso Prático de Laticínios que funcionava na sede do Posto Experimental de Laticínios, regulamentado pela Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras públicas da Bahia, em 1934, com o objetivo de instruir preferencialmente, em primeiro lugar, os filhos dos fazendeiros, industriais ou operários deste ramo, interessados no conhecimento da tecnologia do leite e seus derivados, tendo, como professores, técnicos agrônomos. (PONDÉ, 1934, p.86; REVISTA BAHIA RURAL, 1936, p.1211).

O currículo do Curso era composto de aulas práticas sobre pecuária leiteira e laticínios.

Durante o seu funcionamento, produziam-se variados tipos de queijos e manteiga, não só para capacitar os alunos em relação ao feitiço dos produtos, normas de higiene, mas também para ensiná-los a comercializar, relacionando os produtos segundo os ingredientes, tipos e preços tabelados pela Secretaria da Agricultura. O curso era gratuito, oferecia um máximo de vinte vagas por ano, tendo a duração mínima de dez meses e, era essencialmente prático: “aprender fazendo”, ensinando um ofício ligado a produção e destinado à formação de uma força de trabalho manual.

Ao final do Curso, após exame de habilitação, perante uma banca examinadora, os alunos recebiam um certificado concedendo o título de “Prático em Laticínios”, fornecido pela Secretaria da Agricultura do Estado. De acordo com o regulamento de criação do curso, os primeiros colocados no exame deveriam ser



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

preferidos nas indicações quando surgissem vagas em cargos para o exercício profissional. No primeiro ano de seu funcionamento, o curso diplomou cinco práticos que foram trabalhar em fábricas de manteiga baianas e mineiras, sendo a única oportunidade de uma profissionalização regulamentada para rapazes na cidade.

No primeiro semestre de 1934, o jornal *O Combate* publicou, em várias edições, a chamada para a matrícula no curso prático. A previsão para o início das aulas seria em 1º de junho. Talvez o plano não tenha se concretizado, pois, em entrevista, o Sr. Washington Mendes Ferraz Moreira afirma ter pertencido à primeira turma do curso e ter estudado no posto entre janeiro e junho de 1935.

Filho de fazendeiro da região, natural de Conquista e então com 20 anos de idade, o Sr. Washington ingressou no curso prático em laticínios com vistas a se qualificar e trabalhar no ramo de laticínios. Juntamente com outros quatro rapazes, tiveram aulas com Francisco Veloso Pondé e Ivo Freire de Aguiar. O primeiro ficava responsável pela parte de zootecnia e eventualmente dava aulas, enquanto o segundo ensinava as técnicas de produção e manuseio do derivado do leite. As aulas aconteciam nos sábados e domingos, pela manhã. As provas eram realizadas no laboratório do posto, onde pela primeira vez, ele viu e utilizou um microscópio.

Ainda segundo o Sr. Washington, inicialmente o curso não foi recebido na cidade com muito entusiasmo. Porém, à medida que os resultados do trabalho do curso e do Posto foram aparecendo, a aceitação foi aumentando. Começou a ficar visível a melhoria no aproveitamento do leite nas fazendas.

Nas notas publicadas no jornal *O Combate*, entre 1935 e 1937, pode-se observar a direção do Posto Experimental divulgando as datas de entrega de certificados de conclusão do Curso Prático aos alunos que o freqüentaram, fazendo referências ao local e à importância dos convidados para o evento, demonstrando que este representava um momento solene para a cidade. (JORNAL O COMBATE, 1935).



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

A concepção do Curso estava voltada para a qualificação profissional de rapazes que tinham a intenção e as condições de, no futuro, tornarem-se pequenos proprietários ou empregados em indústrias de laticínios, como também o objetivo de modernizar a produção nas propriedades da família ou tornarem-se funcionários para o exercício do “ensino ambulante” em fazendas da região. Foi o caso do Sr. Washington. Concluído o curso em junho de 1935, começou a trabalhar na fazenda da família Mendes Almeida, onde se localizava a fábrica de manteiga Elza.

Seria aquele o seu primeiro trabalho remunerado, onde ficou por seis anos. Chegou a ajudar na organização da Cooperativa de Laticínios Nova Canaã Ltda, localizada na atual cidade de Nova Canaã, sudoeste da Bahia. Acabou por trabalhar nesta área de laticínios por quase sessenta anos.

Iniciados os trabalhos do curso em 1935, várias turmas foram sendo formadas semestralmente, porém sempre com um número reduzido de alunos. Em relatório da diretoria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Bahia, faz-me menção de seis alunos diplomados no ano de 1935.³⁰¹ No relatório de atividades do Posto, escrito por Ivo Freire de Aguiar no ano de 1942, três alunos se matricularam no curso e apenas um concluiu, Custódio Alves da Silva. Vale salientar que neste mesmo ano, além de Ivo Freire, outros dois funcionários eram lotados ali: Austerberto Mendes Resende e Eduardo de Oliveira Rosa, ambos práticos em laticínios diplomados pelo estabelecimento³⁰².

Nos depoimentos colhidos com ex-alunos, verificamos que o Curso cumpriu uma importante função educativa na qualificação de práticos em laticínios, sendo responsável pelo fomento e desenvolvimento da produção de manteiga e queijo do tipo Camponês, em meados da década de 30, que perdura até hoje, além de ter

³⁰¹ Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão Republicana, Secretaria de Agricultura, caixa 2391, maço 192, documento 793.

³⁰² Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão Republicana, Secretaria de Agricultura, caixa 2461, maço 279, documento 1414.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

propiciado os conhecimentos necessários à abertura de negócio próprio no ramo de laticínios.

A documentação pesquisada aponta para o pleno funcionamento do Posto Experimental até o ano de 1938. A partir daí, parece ter se iniciado uma fase de dificuldades para o seu funcionamento. No relatório de 1942, Ivo Freire pede para que recursos sejam enviados com o intuito de reorganizar o Posto. As condições técnicas e higiênicas já não atendiam às necessidades, impedindo de acompanhar o desenvolvimento da pecuária do sudoeste baiano.

Dessa mesma forma, as limitações não permitiam o pleno funcionamento das atividades de fiscalização, assistência e controle da matéria-prima nas fazendas e fábricas da região, dificultando o progresso técnico do ramo de laticínios. Segundo ele, o governo do Estado deveria abrir, em Conquista, uma Fábrica-Escola, nos mesmos moldes dos Estados laticinistas do sul do país³⁰³.

Mesmo em meio às dificuldades, o Posto continuou a exercer suas funções. Em 1942, foram realizadas 632 análises de leite; as aulas práticas continuavam a ser ministradas, ao mesmo tempo em que eram produzidos manteiga extra-fina e de primeira, e queijo Prato, Reno, Cobocó, Parmeson, Camponês, Lunch, Minas, Chester, Camembert, Cavallo e Gruiere. Colaborou com a Sociedade Rural do Sudoeste Baiano para a realização da 1ª Exposição Regional do Sudoeste. Manteve as inspeções e vistorias nas fábricas da região, bem como o serviço de propaganda e divulgação, com publicação de artigos técnicos na imprensa local e o incentivo ao cooperativismo.³⁰⁴

Não foi possível identificar o ano exato do fechamento do Posto. Imagina-se que tenha funcionado até meados da década de 1940. Em uma edição do *Jornal O Conquistense* de abril de 1956, faz-se referência ao seu fechamento, “já há muitos anos”. Apontam-se motivos vagos, tais como caprichos de secretário de Estado e

³⁰³ Idem, ibdem.

³⁰⁴ Idem, ibdem.

falta de interesse de diretores de serviço.³⁰⁵ Em artigo no mesmo jornal, Ivo Freire de Aguiar, antigo diretor do Posto, afirma que “uma administração inoperante” o transferiu para destino ignorado e acabou por não funcionar mais em nenhuma parte³⁰⁶.

Fato é que o Posto Experimental marcou época no incentivo à indústria de laticínios na região. Ainda segundo Ivo Freire, “embora pequeno em suas instalações, esse estabelecimento agigantou-se em realizações (...) extinto o Posto Experimental de Laticínios, a indústria bahiana, descontrolada, teve seu padrão de qualidade reduzido ao mínimo...”³⁰⁷ De acordo com o editor de *O Conquistense*, o Posto “...deu à zona uma plêiade de técnicos perfeitamente habilitados a desempenhar o mister dos laticinistas, como os melhores saídos de grandes escolas”³⁰⁸.

O impacto das atividades realizadas pelo Posto Experimental perdurou por anos, mesmo após a sua extinção. No início da década de 1950, a Associação Comercial, a Prefeitura e as classes produtoras da cidade solicitaram ao governo do Estado a reabertura do Posto. Em 31 de dezembro de 1954, já no final do seu governo, Régis Pacheco (1951-55), que tinha sido prefeito em Conquista, sancionou a Lei nº 697 que concedia créditos de Cr\$469.460,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil quatrocentos e sessenta cruzeiros) para a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio adquirir a fábrica de laticínios Ialta. Com isso, o governo do Estado tentaria restabelecer o Posto Experimental de Laticínios, que funcionaria anexo à Escola Profissional de Conquista³⁰⁹.

Esta fábrica pertencia a Ivo Freire de Aguiar, o mesmo que havia sido diretor do Posto de Laticínios. No Jornal *O Combate*, de 21/02/1952, é noticiada a inauguração da *Indústria Ialta* na semana anterior. Ela se localizava na Praça Barão

³⁰⁵ Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, Jornal *O Conquistense*, 07/04/1956, nº 15, p. 6.

³⁰⁶ Idem, 21/04/1956, nº 17, p. 2.

³⁰⁷ Idem, ibidem.

³⁰⁸ Idem, 07/04/1956, nº 15, p. 6.

de Macaúbas, nº 3, onde também existia uma escola estadual: Escola Estadual Barão de Macaúbas. Além de Ivo Freire, o Sr. Benício Santos é também citado como um dos seus proprietários. Eram, respectivamente, diretor técnico de laticínios e diretor mecânico. A fábrica forneceria leite preparado para crianças, queijo e manteiga. O jornal dá destaque para as técnicas modernas utilizadas no estabelecimento e o seu maquinário elétrico, especialmente os filtros centrífugos e os pasteurizadores³¹⁰.

Em 1956, a esperança da concretização da transformação da Fábrica Ialta em Fábrica

Escola ainda era presente entre integrantes da sociedade conquistense, como Ivo Freire. Saíram artigos onde se comentava a respeito do assunto, imaginando-se que o governo do Estado, agora nas mãos de Antônio Balbino (1955-59), fosse pôr em prática os planos do governo anterior. O governo parece ter, de fato, adquirido a fábrica, mas a inexistência de documentação e depoimentos de familiares de Benício Santos, sócio de Ivo Freire na Ialta, nos levam a crer que os planos de abertura da primeira fábrica-escola de laticínios da Bahia não saíram do papel³¹¹.

CONCLUSÕES

Do ponto de vista das transformações históricas que estavam acontecendo no mundo do trabalho naquela época, compreendemos que a implantação do Posto Experimental de Laticínios no Município e a instalação do Curso Prático de Laticínios refletem as influências do processo de intensificação do capitalismo industrial e o papel da intervenção econômica do Estado. Essas transformações

³⁰⁹Ver o site www.bahia.ba.gov.br/cgibin

³¹⁰ Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, Jornal O Combate, 21/02/1952, p. 4.

³¹¹ Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, Jornal O Conquistense, 07/04/1956, nº 15, p. 6; 21/04/1956, nº 17, p. 2.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

surgiram nas primeiras décadas do século XX no País. Neste período, estabeleceu-se um jogo de interesses socioeconômico que, às vezes, implicava, simultaneamente, solidariedade e oposição entre as oligarquias agroexportadoras de um lado, comprometidas em preservar os seus interesses e, de outro, a burguesia industrial que ganhava projeção com a expansão urbano-industrial, tendo o Estado como aliado, no sentido de criar condições favoráveis para a introdução desse novo modo de acumular. Além disso, com o objetivo de construir um projeto para a nação brasileira, enterrando o passado colonial e alinhando o país no caminho do capitalismo mundial³¹².

A década de 30 foi o período de aceleração do desenvolvimento das relações capitalistas nos centros urbanos. Entretanto, essas transformações não se fixaram na sociedade brasileira como um todo, se deram mais em determinados estados ou regiões e menos ou quase nada em outros. No campo, essas relações também se expandiram de modo desigual e com lentidão, do mesmo modo que ocorreram desigualdades marcantes entre regiões do país.

O desenvolvimento dos centros urbanos impulsiona o crescimento de um mercado interno que demanda o crescimento da indústria e, neste sentido, novas áreas iam sendo incorporadas à economia de mercado. Esse novo modo de vida desperta para a importância estratégica do sistema educacional, objetivando garantir as mudanças estruturais ocorridas, criando estímulos de redução da taxa de analfabetismo e estratégias de qualificação profissional a um número maior de pessoas que já eram alfabetizadas para atender as necessidades de uma sociedade capitalista emergente³¹³.

Naquele momento despontavam novas demandas educacionais por conta da intensificação do capitalismo industrial no país. As exigências da sociedade

³¹²MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil. RJ: Campus, 1996. p.269.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

industrial impunham mudanças na forma de se pensar a educação e a escola. Por um lado, havia a necessidade de eliminar o analfabetismo por conta da grande concentração da população nos centros urbanos com o objetivo de formar uma massa de consumidores e, por outro, a necessidade de qualificar mão-de-obra para trabalhar nas manufaturas. Havia também, segundo Cunha ³¹⁴, a intenção nesse contexto, de difundir uma ideologia que versava sobre a necessidade de educar o povo, tirá-lo da ignorância, da apatia, da superstição, para o “engrandecimento e progresso da nação”, aliada ao desenvolvimento da industrialização, que juntos poderiam conduzir o Brasil ao nível das nações civilizadas.

Será, como conseqüência do desenvolvimento urbano-industrial pós-1920 e, principalmente, depois de 1930, que começará a se sentir a necessidade de formar elementos capacitados a desempenhar novas funções no setor industrial e de serviços. Os hábitos da vida urbana começam a exigir maiores níveis educacionais e, nesse sentido, o Estado é pressionado pelas massas populares a um maior acesso à educação. Já que o ensino secundário era reservado para a elite,^b a saída era a criação de cursos profissionalizantes. ³¹⁵

A criação de cursos profissionais no Brasil sempre esteve diretamente relacionada às necessidades do modo capitalista de produção, configurando-se como expressão da divisão social e técnica do trabalho, o que implica em diferentes formações, de acordo com a posição a ser ocupada no sistema produtivo. Kuenzer³¹⁶ aponta que a formação voltada para o trabalho está definida, desde seu início, como destinada aos mais pobres que, sem acesso ao sistema regular de ensino, teriam, assim, a condição de ocupar as posições mais baixas na “hierarquia ocupacional”.

³¹³ SODRÉ, Nelson W. Síntese de História da Cultura Brasileira. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p.64-72.

³¹⁴CUNHA, Luis Antonio. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. SP: UNESP; Brasília, DF: Flacso,2000.

³¹⁵ (MACHADO, 1989).

³¹⁶ Kuenzer (1992, p.12)



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

O sistema público de ensino oferecia um determinado caminho para os alunos oriundos das classes mais abastadas e outro para as classes populares que conseguiam chegar e permanecer na escola. Para os primeiros, podendo depois de cursar o primário eram encaminhados para o ginásio, em seguida para o colegial, podendo optar por um curso superior.

Para os segundos, o caminho, quando não evadiam do primário, era freqüentar um curso profissionalizante. O próprio Estado admitiu abertamente esse ramo de ensino como predestinado para as camadas mais desfavorecidas, só assumindo outra posição ideológica mais tarde com o avanço do desenvolvimento do capitalismo no país.

Cunha ³¹⁷ assinala que, no Brasil, “os anos 20 e toda a década de 1930 assistiram a uma importante mudança nos destinatários do ensino profissional”.

As “Escolas de Aprendizes Artífices” destinadas “aos pobres e humildes”, distribuídas em dezenove Unidades da Federação, foram instaladas em 1910. Eram escolas similares aos Liceus de Artes e Ofícios, mas custeadas pelo próprio Estado. No mesmo ano, foi reorganizado, também, o ensino agrícola no País, objetivando formar “chefes de cultura, administradores e capatazes”.

Nessa mesma década, foram instaladas várias escolas-oficina destinadas à formação profissional de ferroviários, que se constituíram os embriões da organização do ensino profissional técnico na década seguinte. ³¹⁸ Durante o período do Estado Novo (1935-1942), a educação profissional é marcada pelo forte protagonismo estatal. Foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública para onde foram transferidos todos os órgãos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio que tratavam da Educação e, mais particularmente, da Educação Profissional, no caso deste último.

³¹⁷ Cunha (2000, p.)

³¹⁸ (Cf. CNE, 1999).

Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, buscando diagnosticar e sugerir rumos às políticas públicas em matéria de educação. Preconizava a organização de uma escola democrática, que proporcionasse as mesmas oportunidades para todos e que, sobre a base de uma cultura geral comum, de forma flexível, possibilitasse especializações "para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de preponderância manual e mecânica (cursos de caráter técnico)".³¹⁹ Observa-se, nesse momento, uma tendência em considerar a escola técnico-profissional tão importante quanto a escola primária, principalmente no seu nível elementar destinado a atender as urgentes necessidades de formação de mão-de-obra para o desenvolvimento industrial capitalista.

É preciso destacar, segundo Nagle³²⁰, que, nessa época, era forte o apelo em formar uma mão-de-obra "prática" por meio das "escolas práticas", difundindo "a idéia segundo a qual a educação forma o homem brasileiro se o transforma num elemento de produção, necessário à vida econômica do país e importante para elevação dos padrões de vida individuais".

A instalação do Posto Experimental de Laticínios em Vitória da Conquista ocorreu, portanto, num momento caracterizado pela necessidade de reforçar, na região, uma ideologia que difundisse a idéia de "engrandecimento e progresso da nação" e de modernização dos processos de produção e, para tanto, mostrava-se como fundamental discutir formas para abrir um mercado de trabalho para os jovens, formar uma classe trabalhadora para sustentar esse desenvolvimento, conciliando os interesses da burguesia agrária local.

Esses dados obtidos a respeito do Posto Experimental de Laticínios na região de Vitória da Conquista ilustram o avanço do modo capitalista de produção e de vida, abrindo possibilidades de avançar estudos acerca das transformações

³¹⁹ (Cf. CNE, 1999).

³²⁰ NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira Republica. 2 ed. RJ: DP&A, 2001. p152.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

técnico-organizacionais do capitalismo industrial para a organização da produção no campo e a sua relação com o processo de qualificação profissional de trabalhadores e produtores rurais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Ivo Freire de. *Regulamentação e Fiscalização da Indústria de Laticínios*. In: Revista Bahia Rural. Ano III, maio e junho, nº 33 e 34, 1936. p. 1123.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. 1937. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, 1937.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Biblioteca, Relatório da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1933, Imprensa Oficial do Estado, 1936.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Biblioteca, Relatório do Interventor Renato Onofre Pinto de Aleixo para a Presidência, 1945, exercício de 1943.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Sessão Republicana, Secretaria de Agricultura, caixa 2390, maço 190, documento 777.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Sessão Republicana, Secretaria de Agricultura, caixa 2391, maço 192, documento 793.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Sessão Republicana, Secretaria de Agricultura, caixa 2461, maço 279, documento 1414.
- ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Jornal O Combate, BA. 28/07/1934, nº 48, p. 1.
- ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Jornal O Combate, BA. 21/02/1952, p. 4.
- _____, 08 abr. 1934, nº32, p.01.
- _____, 29 abr. 1934, nº35, p.01.
- _____, 29 jun. 1934, nº48, p.01.
- _____, 11 ago. 1934, nº01, p.03.
- _____, 09 jun. 1935, nº37, p.04.
- _____, 16 jun. 1935, nº38, p.01.
- _____, 14 mai. 1936, nº32, p.01.
- _____, 10 jan. 1937, nº21, p.01.
- ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Jornal O Conquistense, 07/04/1956, nº 15, p. 6.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

- ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Jornal O Conquistense, 07/04/1956, nº 15, p. 6; 21/04/1956, nº 17, p. 2.
- BALEEIRO, Arquibaldo. *Finalidades da Cooperativa Instituto de Pecuária da Bahia*. In: Revista Bahia Rural. Ano III, maio e junho, nº 33 e 34, 1936. p. 1085.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação – CAMÊRA BÁSICA DE EDUCAÇÃO. Parecer 16/99. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico 5/10/99.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, Jornal A Tarde, 13/05/1933.
- CUNHA, Luís Antônio. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. SP: UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000
- FREITAS, Honorato de. *Bosquejo Histórico da Indústria de Laticínios na Bahia e Influência da Fazenda Modelo de Catú e da Secretaria da Agricultura no seu desenvolvimento*. In: Revista Bahia Rural. Ano III, maio e junho, nº 33 e 34, 1936. p. 1155.
- GUEIROS, José Alberto. *O último Tenente*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 130-134.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *A Formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia – 1930 a 1964*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 1982.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil. RJ: Campus, 1996. p.267-299.
- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira Republica. 2 ed. RJ: DP&A, 2001. p152.
- PERES, Pedro B. *A indústria de laticínios na Bahia*. In: Revista Bahia Rural, Ano III, janeiro, nº 29, 1936.
- PERES, Pedro B. *Aspectos Leiteiros Brasileiros*. In: Revista Bahia Rural, Ano III, janeiro, nº 29, 1936.
- PERES, Pedro B. *Sobre ração para gado e sobre cura de queijos*. In: Revista Bahia Rural, Ano II, fevereiro, nº 18, 1935. p. 257-259.
- RAMOS, Álvaro N. *Função Técnica da Cooperativa Instituto de Pecuária da Bahia*. in Revista Bahia Rural. Ano III, maio e junho, nº 33 e 34, 1936. p. 1093.
- RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL (1º de setembro de 1940). *Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e de Serviços*. Série Regional. Parte XII-Bahia. Tomo 2. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.
- REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS. v. 19. nº 75/76. Rio de Janeiro: IBGE, julho/dezembro de 1966. p. 415.
- SODRÉ, Nelson W. Síntese de História da Cultura Brasileira. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p.64-72.
- SOUSA, Maria Aparecida S. de. A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2001.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: Correio da Bahia, 2000.
p. 256.